

Resumo de notícias econômicas

24 de Setembro de 2021 (sexta-feira)

Ano 3 n. 181

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 24 SETEMBRO DE 2021

Comissão da Câmara aprova texto da reforma administrativa

O Estado de S. Paulo

A comissão da Câmara que analisa mudanças no serviço público aprovou o texto-base da Proposta de Emenda à Constituição da reforma administrativa. As medidas incluem a possibilidade de redução de 25% de jornada e salário do funcionalismo em caso de crise econômica e parcerias privadas para execução de serviços. Depois da apresentação de seis relatórios diferentes pelo relator da matéria, o deputado Arthur Maia (DEM-BA), a comissão especial que analisa as mudanças no serviço público aprovou ontem, por 28 votos a 18, o texto-base da reforma administrativa. Entre as medidas previstas, estão a possibilidade de redução de 25% de jornada e salário de servidores em caso de crise econômica, assinatura de contratos temporários com até 10 anos de duração e aposentadoria integral para policiais.

O texto mantém a estabilidade de todos os servidores públicos, mas prevê a possibilidade de demissão para funcionários que tiverem avaliação negativa de desempenho em um processo julgado por um colegiado. Se for mantida, essa medida valerá tanto para os atuais como para os novos funcionários públicos, contratados após a promulgação da lei.

Duas avaliações insatisfatórias consecutivas ou três intercaladas serão suficientes para a abertura de processo administrativo. “Quem tem medo da avaliação de desempenho?”, questionou o relator. Concluída essa fase, a reforma segue para votação no plenário da Câmara. Por se tratar de uma PEC, precisa ter o apoio de no mínimo 308 dos 513 deputados, em dois turnos, antes de chegar no Senado.

A possibilidade de corte de jornada e salário de servidores em até 25% foi fortemente criticada pela oposição. Em seu relatório, Maia condicionou a medida a “cenário de crise fiscal” – “como alternativa em relação à adoção de outra mais drástica, o desligamento de servidores efetivos”. O relator acabou retomando pontos de versões

anteriores, como o artigo 37-A, que permite parcerias entre governos e iniciativa privada para execução de serviços públicos. O dispositivo define que União, Estados e municípios podem, “na forma da lei, firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades, públicas e privadas, para a execução de serviços públicos, inclusive com compartilhamento de estrutura física e a utilização de recursos humanos de particulares, com ou sem contrapartida financeira”.

PRINCIPAIS PONTOS DA REFORMA

Broadcast

- Permissão para União, Estados e municípios realizarem contratos temporários por 10 anos
- Retomada de aposentadoria integral para policiais
- Possibilidade de redução de 25% de jornada e salário de servidores em caso de crise econômica
- Corte de “penduricalhos” para os servidores da administração pública direta e indireta, ocupantes de cargos eletivos, membros dos Tribunais de Contas, do Ministério Público e da Defensoria Pública
- Abertura de processo administrativo contra servidor após duas avaliações insatisfatórias consecutivas ou três intercaladas
- Definição das carreiras típicas de Estado (que não têm similares na iniciativa privada)

Sobrevivência sem renda do trabalho

O Estado de S. Paulo

Embora sintetize de forma dramática o impacto da pandemia sobre a vida das famílias de renda baixa e sua persistência, bem como o decisivo papel que programas de transferência de renda desempenham para a sobrevivência dessa parcela da população, um dado sobre as rendas do trabalho – mais especificamente, sobre sua ausência – nem sempre tem despertado a atenção que merece. Trata-se do aumento

expressivo da proporção de lares em que, por causa da pandemia, nenhum de seus membros tem ocupação que lhe proporcione renda.

Antes da pandemia, os dados estatísticos do IBGE mostravam que em 25% dos domicílios nenhum morador dispunha de renda do trabalho. Essa proporção saltou para 31,6% no segundo trimestre do ano passado e, desde então, vem mostrando tendência de baixa. Mas é um recuo pequeno, pois, no segundo trimestre de 2021, ainda estava em 28,5%.

Esses números estão no estudo sobre o mercado de trabalho feito pelo analista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Sandro Sacchet e publicado na Carta de Conjuntura da instituição. A alta, no início da pandemia, foi explosiva; a recuperação é muito lenta. “Mesmo com a melhora recente, a proporção (de lares sem renda do trabalho) ainda é mais alta que no período pré-pandemia”, diz o autor. A fatia ainda é mais de 3 pontos percentuais maior do que a observada no início do ano passado.

As famílias nessas condições sobrevivem financeiramente graças a programas como o Bolsa Família, agora redesenhado pelo governo Bolsonaro e com novo nome (Auxílio Brasil), o auxílio emergencial (que tem data para terminar) e benefícios previdenciários. Elas são formadas por 46 milhões de pessoas. No fim de 2019, eram 36,5 milhões.

Outro impacto da pandemia sobre o orçamento das famílias foi o aumento da proporção daquelas consideradas de renda muito baixa (abaixo de R\$ 1.650,50 mensais). Representavam 25,8% dos domicílios antes da pandemia e hoje são 27,9%.

Arrecadação tem alta de 7,2% e bate recorde em agosto

Broadcast

Impulsionada pelo aumento no pagamento de tributos por empresas exportadoras, a arrecadação de impostos e de contribuições federais somou R\$ 146,463 bilhões em agosto e bateu o recorde histórico para o mês. O resultado representa um aumento real (descontada a inflação) de 7,25% na comparação com o mesmo mês de 2020, informou a Receita Federal ontem. Em relação a julho deste ano, houve queda real de 15,22% no recolhimento de impostos. Isso ocorreu por questões sazonais, já que,

naquele mês, houve o pagamento de tributos trimestrais que não são recolhidos em agosto.

No acumulado dos oito primeiros meses do ano, a arrecadação federal chegou a R\$ 1,199 trilhão, também um recorde histórico para o período. O montante ainda representa um avanço real de 23,53% na comparação com o mesmo período do ano passado.

O secretário especial da Receita Federal, José Tostes, afirmou que o aumento na arrecadação apresentado até agosto é estrutural e reflete a melhora da economia, depois do fim das medidas de isolamento social. Ele ressaltou que o recolhimento de tributos vem em alta desde agosto do ano passado. “De oito meses deste ano, em seis a arrecadação foi recorde. As evidências de recuperação da economia são sólidas. O crescimento da arrecadação é sustentável e tem componente estrutural”, afirmou.

O secretário destacou ainda que o desempenho de agosto foi alcançado principalmente por causa do aumento no pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da contribuição para o PIS/Pasep e de contribuições previdenciárias. “O resultado de janeiro a agosto poderia ser maior, não fossem as compensações, que cresceram 30% no período”, completou Tostes.

O analista de Investimentos da Terra Investimento, Régis Sarmiento Chinchila, explica que o bom desempenho da arrecadação é, sim, impulsionado pela recuperação e pelo crescimento da atividade econômica depois de um 2020 comprometido pela pandemia, mas também é influenciado pela inflação em alta. “Ao aumentar o preço dos produtos, a inflação, acaba impactando no valor arrecadado de impostos sobre eles”, completou Chinchila.

Apesar de a alta da arrecadação em agosto, na comparação anual, ter vindo menor do que a registrada em julho (a receita chegou a R\$ 171,3 bilhões, ou seja, 35,5% a mais do que a de julho de 2020), o chefe do Centro de Estudos Tributários da Receita Federal, Claudemir Malaquias, afirmou que isso não significa uma desaceleração.

Malaquias explicou que, em julho do ano passado, a base de comparação era menor porque houve o diferimento (adiamento) de tributos por conta da pandemia, além dos próprios efeitos econômicos trazidos pelo novo coronavírus, que fizeram, na

época, a arrecadação arrefecer. “Estamos no mesmo ritmo de crescimento da arrecadação, não consideramos que houve desaceleração”, afirmou.

ES e Vibra assinam leilão da ES Gás com BNDES

Broadcast

O governo do Espírito Santo e a Vibra Energia (antiga BR Distribuidora), sócios na Companhia de Gás do Espírito Santo (ES Gás), assinam hoje o contrato que permitirá ao BNDES fazer a revisão da avaliação e a modelagem do leilão da concessionária de gás natural. A empresa pode ser vendida por R\$ 1,2 bilhão, de acordo com estimativas do mercado. O governo capixaba espera que o leilão aconteça no início do próximo ano e que o comprador seja uma grande empresa da área, que deverá aumentar a malha de distribuição e contribuir para o desenvolvimento do Estado, com o barateamento do insumo e a atração de indústrias que fazem uso intensivo de gás natural.

O Espírito Santo é dono de 51% das ações ordinárias da ES Gás e 2% das preferenciais, e as participações restantes pertencem à Vibra Energia. “Queremos que seja uma empresa que tenha entrada para gás importado, distribua para o País todo, e seja fornecedora para empresas que queiram se instalar aqui”, disse o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande.

Um dos trunfos do governo estadual para a venda da empresa é a Nova Lei do Gás, aprovada no início do ano com a promessa de destravar este mercado. Segundo Casagrande, ela pode ser um estímulo para que empresas estrangeiras se estabeleçam no País, ampliando a competição no setor. A termelétrica de Linhares está em negociação com a Petrobras para o fornecimento de gás, segundo ele. Com a existência de outra empresa no segmento, ela teria mais opções para negociar. Outra privatização que deve ocorrer no primeiro semestre do ano que vem é a da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). A expectativa é que o edital saia nos próximos meses.

Governo já vê pressão para prorrogar auxílio emergencial

Folha de São Paulo

Sem um “plano B” para viabilizar o prometido pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 300 em 2022, o governo já trabalha com a possibilidade de uma nova prorrogação do auxílio emergencial, caso a PEC dos precatórios e a reforma do Imposto de Renda não sejam aprovadas pelo Congresso Nacional nas próximas semanas. De acordo com fontes à frente das negociações com o Parlamento, o espaço no teto de gastos por meio da PEC dos precatórios e com a receita da taxação de dividendos na reforma do IR seria a única equação possível para garantir o reforço do Bolsa Família – batizado de Auxílio Brasil – dentro das regras fiscais.

Uma importante fonte do governo já admite que, sem a aprovação das duas medidas, o Planalto teme ser pressionado a editar uma nova prorrogação do auxílio emergencial, que acaba no dia 31 de outubro. Segundo essa fonte, circularia pela Esplanada dos Ministérios o desejo de renovar o auxílio emergencial num valor de R\$ 400 – superior até mesmo aos R\$ 300 do Auxílio Brasil. A diferença é que o auxílio emergencial é pago fora da regra do teto de gastos, e tem como justificativa a crise causada pela pandemia de covid-19. Com o avanço da vacinação e com a reabertura da economia, no entanto, será difícil argumentar que a renovação do gasto por fora do teto continuará ligada à doença. Pelas estimativas dos técnicos do governo, a ampliação do benefício médio atual do Bolsa Família de R\$ 190 (pago a 14 milhões de famílias) para o pagamento de R\$ 300 do Auxílio Brasil (para 17 milhões de famílias) teria um custo adicional R\$ 27 bilhões em relação ao orçamento atual de quase R\$ 35 bilhões do programa social.

O clima melhorou após acordo nesta semana com os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, para que a votação das pautas avance nas duas Casas. Um novo texto para a PEC dos precatórios está sendo costurado na Câmara, e espera-se que a reforma do IR ande agora no Senado.

Decisão protege grupos de dívidas trabalhistas

O Estado de S. Paulo

Em decisão individual proferida no dia 10 de setembro, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) reveja as regras da Corte sobre a inclusão de empresas que fazem parte do mesmo grupo econômico em processos de pagamento de dívidas trabalhistas. No dia a dia das disputas trabalhistas, é comum que empresas sejam obrigadas a arcar com custos processuais contraídos por seus parceiros, sem que sequer soubessem da existência da ação.

Na prática, os empregados que obtêm vitórias na Justiça do Trabalho, mas que não recebem a indenização estabelecida na sentença porque a empresa alega incapacidade de pagá-la, entram com recursos para que outras empresas do mesmo grupo sejam incluídas na fase final do processo e arquem com as dívidas dos parceiros. A prática é recorrente em processos trabalhistas e faz com que empresários sejam pegos de surpresa por sentenças, sem que tivessem participado da fase de conhecimento da ação. Para a advogada trabalhista Domênica Marques, a jurisprudência fere o princípio do devido processo legal, porque faz com que empresas não envolvidas diretamente entrem no processo já sentenciadas.

“São impactos bem negativos, normalmente as empresas não estavam esperando essa execução, não tinham provisionado esses valores, não entendiam os pagamentos como devidos e acabam sendo pegas de surpresa. Entre os advogados de empresas, há um entendimento de que fere a segurança jurídica. Você pode ser executado a qualquer momento por um débito que não é seu”, diz.

No texto da decisão, o ministro Gilmar Mendes avaliou que o modo como a jurisprudência é aplicada no TST conflita com diversos direitos constitucionais: “Na verdade, observo que há uma situação complexa e delicada na perspectiva do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa no que toca aos processos trabalhistas (...), reconhecida essa questão prejudicial, faz-se imprescindível nova análise”.

‘Não há milagre para o preço do combustível’

Broadcast

Presidente da Ipiranga e do Conselho de Downstream do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Marcelo Araujo considera natural o fato de a alta no preço dos combustíveis ter entrado na agenda política do Brasil nos últimos meses. “O que afeta muito a sociedade acaba sendo um tema político”, diz em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast. Leia a seguir os principais trechos:

- **O que explica a recente alta dos preços dos combustíveis?**

Temos questões conjunturais que estão afetando os preços neste momento. Por isso, eles estão num patamar historicamente muito elevado. As conjunturais são o câmbio, os altos preços das commodities, que pressionam também os biocombustíveis. Para essas, há soluções macroeconômicas. Mas as estruturais não serão resolvidas, se a gente não mudar algo.

- **O que precisa ser alterado?**

O primeiro entrave é o tributário. Temos o sistema de tributação de combustíveis mais complexo do mundo. O ICMS é de uma complexidade ainda maior, porque obedece a legislações estaduais específicas e é calculado a partir de um percentual sobre um preço de venda ao consumidor. Quando o produto fica mais caro, aumenta a volatilidade do tributo. Isso estimula a sonegação.

- **O que pode ser feito?**

A simplificação desse processo facilitaria. Essa é uma solução estrutural que reduz preço. A proposta que vem sendo discutida, inclusive o governo colocou isso em dois projetos de lei, é a unificação das alíquotas de ICMS, que passariam a ser fixas por volume, e não mais em cascata em toda a cadeia. Essas medidas são fundamentais para o País, porque reduzem estruturalmente os preços dos combustíveis.

- **É possível aprovar mudanças tributárias neste período de crise econômica e política?**

Este é o melhor momento para fazer essa discussão, porque todos estão sentindo na pele (a alta no preço dos combustíveis). É mais uma questão de coordenação política. Combustível é a principal fonte de receita dos Estados. Não

adianta colocar a culpa no petróleo (insumo dos combustíveis). O barril está a US\$ 73. A média dos últimos dez anos foi de US\$ 70. Não defendemos modelos de preços artificiais, porque eles não se sustentam no tempo.

- **O que precisa ser feito para fazer o preço baixar?**

Investimento, de um lado, e reestruturação tributária de outro é o que resolve o problema. Não dá para fazer milagre. Não dá para ficar inventando um artificialismo que resolve o problema conjuntural, mas não ataca o estrutural.

- **A discussão do preço dos combustíveis entrou na esfera política. Isso preocupa?**

O que afeta muito a sociedade acaba virando um tema político. O debate público é muito bem-vindo. Temos de ampliá-lo. Precisamos tratar da questão tributária. A outra forma de atacar o problema é com investimentos. Isso aumenta a eficiência. Mas, para isso, é preciso ter previsibilidade regulatória.

- **Foi liberada a venda de combustíveis de qualquer procedência em postos com contratos de exclusividade firmados com distribuidoras. Isso incomoda?**

Isso não existe em lugar nenhum do mundo. Essa medida fere princípios fundamentais. O primeiro é o direito de liberdade de relação comercial entre agentes autônomos. A medida ainda pode confundir o consumidor, que vai entrar num posto de determinada marca e acabar comprando algo de origem e qualidade desconhecidas.

- **Como as novas tecnologias e aplicativos de pagamento estão mudando o setor?**

O consumidor, cada vez mais, busca soluções que resolvam a maior parte dos seus problemas em menos provedores de serviço. A tendência é o uso de aplicativos de pagamento e de programas de fidelidade, que vão fazer com que os preços sejam cada vez mais individualizados, dependendo do grau de relacionamento do consumidor com a marca.

Rio tenta atrair Bolsa para ‘ativos verdes’

Broadcast

A Prefeitura do Rio quer atrair uma Bolsa de “ativos verdes” para a cidade, especializada em negociações de créditos de carbono. Ainda em fase de estudos, a ideia é que a plataforma atraia para a capital fluminense um ecossistema composto por empresas internacionais de auditorias e certificação. Nas últimas semanas, a prefeitura realizou diversas reuniões para tentar colocar o projeto de pé. Houve encontros com o Banco Central (BC), o BNDES e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em breve, haverá uma reunião com a B3, controladora da Bolsa de Valores de São Paulo.

O secretário municipal de Fazenda do Rio, Pedro Paulo, diz que o município entrou na corrida por uma Bolsa de ativos verdes por crer que a cidade é referência mundial no debate sobre sustentabilidade. A cidade sediou a Eco-92, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, além da Rio +20. “Vamos ser agressivos para atrair esse mercado: se tivermos de colocar subsídios, podemos reduzir o ISS, diz Paulo.

O projeto não envolveria necessariamente a retomada da antiga Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ), cujo prédio fica na Praça XV, no Centro da cidade, e pertence à B3. A antiga BVRJ foi incorporada pela Bolsa de Mercadorias & Futuros em 2000, após perder espaço para a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Uma das empresas que a prefeitura do Rio tenta atrair para a cidade é a Moss, plataforma ambiental de compra e venda de créditos de carbono, que tem escritório em São Paulo. Criada pelo carioca Luis Felipe Adaime, a plataforma negociou R\$ 70 milhões de créditos de carbono neste ano, como compensação de emissões de Gol, iFood, Hering e Arezzo, por exemplo.

Essa não seria, porém, a primeira vez que o Rio de Janeiro busca desenvolver uma Bolsa verde. Na década passada, o empresário Pedro Moura Castro fundou a Bolsa Verde do Rio (BVRio). Na prática, porém, essa Bolsa funciona como uma consultoria, e não como um balcão para compra e venda de ativos ambientais, como inicialmente almejado.

Fontes do setor afirmam que colocar o projeto de pé não será fácil. A maior parte das certificadoras e auditoras de créditos de carbono está no exterior. Para atraí-las ao

Rio, seriam necessários muitos benefícios. No Brasil, o mercado de créditos de carbono é voluntário, ou seja, as empresas compensam emissões para criar uma imagem de sustentabilidade. Nele, não há garantia de demanda e nem de quantidade. A compensação voluntária deve movimentar US\$ 100 bilhões por ano em todo o mundo, por volta de 2050.

Para o coordenador da FGV-IBRE, a inflação deve voltar para a meta em 2023, e se o BC persistir na política monetária.

Broadcast

O economista Armando Castelar, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), diz acreditar que a inflação deverá voltar para a meta só em 2023. Isso se o Banco Central (BC) persistir na política monetária restritiva. Ele considera equivocada a discussão que existe hoje de fazer uma convergência mais lenta para a meta, criando metas intermediárias. “Mudar a meta no lugar de tentar chegar perto dela reduz a credibilidade do BC.” A seguir, os principais trechos da entrevista.

- **O que acha da decisão do BC de subir gradualmente a Selic?**

Acho que ele está correto de não ficar alterando ao sabor dos dados, porque acaba criando ansiedade muito grande, o que é ruim para economia. Subir um ponto porcentual é um bocado de coisa. Não custa lembrar que, no início do ano, o BC surpreendeu ao aumentar 0,75 ponto, quando mercado esperava 0,5 ponto.

- **Com essa estratégia o BC vai conseguir segurar a inflação e trazê-la para meta em 2022?**

Trazer para meta, não. Segurar, sim. Neste ano, a inflação deve fechar em 9%. Em 2022, possivelmente vai fechar mais perto de 5%, do que de 3,5% (o centro da meta).

- **Quais são os riscos inflacionários, no momento, para 2022?**

A força maior da inflação de 2022 virá dos preços dos serviços, que tiveram uma inflação muito baixa neste ano por causa da pandemia. Com a normalização das atividades, as pessoas voltaram a frequentar restaurantes, viajar e os preços sobem. A

inflação de serviços é 35% do IPCA. Há também uma indexação grande e parte da pressão inflacionária do ano que vem virá dessa indexação. O quadro mais otimista para inflação poderá vir do preço da energia elétrica. A energia vai terminar o ano num patamar muito alto por conta da tarifa extra criada em agosto e prevista para acabar no final de abril. Se tivermos chuvas e a tarifa acabar, poderemos ter um impacto negativo da energia no IPCA de 2022. O outro ponto é o preço dos alimentos, que pode dar uma contribuição relevante, com aumento da oferta. Mas historicamente, a inflação não costuma cair de um patamar de 10% agora em setembro e 9% no final do ano para uma coisa tão significativa de 4%, como prevê a mediana do Boletim Focus do BC em 2022. Seria surpreendente se isso acontecesse. É bom lembrar que o ano que vem tem eleição, e o câmbio pode oscilar.

- **O mercado está equivocado?**

Está muito otimista. A inflação de 2022 está mais para 5% do que para 4%.

- **Quando voltamos para a meta?**

Se persistirmos com a política monetária com juros restritivos acima do juro neutro, poderemos trazer a inflação para perto da meta em 2023.

- **Há um debate de que se poderia ter uma convergência mais lenta, criando metas intermediárias. Qual é sua opinião?**

Isso aconteceu em 2016, quando Ilan Goldfajn assumiu o BC. Ele explicitamente se recusou a fazer isso e conseguiu que as expectativas convergissem mais rapidamente para a meta. Essa é uma lição importante que está sendo esquecida agora. Mudar a meta no lugar de tentar chegar perto dela reduz a credibilidade do BC. Hoje tem gente defendendo essa posição, e acho equivocada.

Economia reduz previsão de déficit para contas públicas

Jornal Valor Econômico

O aumento da arrecadação levou o Ministério da Economia a projetar um rombo menor nas contas públicas em 2021. O déficit primário previsto é de R\$ 139,435 bilhões, segundo o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 4.º bimestre, divulgado

ontem pela pasta. Antes, a expectativa era de um resultado negativo de R\$ 155,418 bilhões.

A meta fiscal para este ano permite um rombo de até R\$ 247,1 bilhões. No entanto, como despesas com o auxílio emergencial e com a nova edição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEM, que prevê a possibilidade de redução temporária de salário e jornada e suspensão de contratos de trabalho) foram excluídas da meta, na prática esse valor é até mais significativo: um déficit de até R\$ 331,577 bilhões.

O resultado primário é obtido a partir da diferença de receitas e despesas do governo. Segundo a pasta, a melhora no primário é “consequência principal” da melhora da arrecadação, na esteira do crescimento que se seguiu ao fim das medidas de isolamento social contra o avanço da covid-19. O governo projeta uma alta de 5,3% no Produto Interno Bruto (PIB) este ano, após um tombo de 4,1% no ano passado.

Os dados do relatório mostram que a previsão de receita total subiu R\$ 39,268 bilhões, para R\$ 1,855 trilhão no ano. Já a receita líquida ficou R\$ 31,493 bilhões maior, para R\$ 1,507 trilhão.

As despesas primárias, por sua vez, subiram R\$ 15,510 bilhões, para R\$ 1,647 trilhão. Desse valor, R\$ 10,388 bilhões vieram do aumento dos gastos obrigatórios (para R\$ 1,522 trilhão) e R\$ 5,122 bilhões da alta nas despesas discricionárias, que incluem custeio e investimentos (para R\$ 124,468 bilhões).

O governo ainda registrou que as despesas sujeitas ao teto de gastos ficaram R\$ 3,096 bilhões. A Economia estima que as despesas primárias encerrarão o ano em 19,0% do PIB, caindo a 17,5% do PIB em 2022 – o menor patamar em quase uma década.

*Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do
Governo do Estado do Ceará.*

Assessoria de Comunicação – Sedet

Fone: (85) 3444.2900

www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado no dia 26.08.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 17/06/2021.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão;

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,2	-2,3	-13,4	5,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até julho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA - BRASIL	2,83	2,54	0,90	5,81
IPCA - FORTALEZA	1,79	3,50	1,84	7,21
INPC - BRASIL	2,83	2,55	0,80	5,01
INPC - FORTALEZA	1,96	3,31	1,73	6,20
IGP-M	5,94	4,79	6,71	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466
Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até julho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.809	1.569.938
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.355	8.930.303
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.630.932	49.479.236

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.170	33.710	7.460
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.446	66.708	18.738
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.804	104.395	16.409
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.363	131.936	19.427
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	183.072	159.599	23.473
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.170	188.461	32.709
JAN-JUL	184.009	226.332	-42.323	264.242	218.113	46.129
JAN-AGO	218.898	249.959	-31.061			
JAN-SET	256.917	275.933	-19.016			
JAN-OUT	300.873	304.085	-3.212			
JAN-NOV	341.536	329.998	11.538			
JAN-DEZ	372.208	358.217	13.991			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUL)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	41.167	49.078	47.641	66.099
Fechamento	60.103	18.328	15.794	21.012
Total	-18.936	30.750	31.847	45.087

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUL)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	9.996.015	8.914.954	9.215.552	11.659.544

Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.